

Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio
2011

36 municípios com um poder de compra per capita acima da média nacional e mais de metade do poder de compra do país concentrado nas áreas metropolitanas

Em 2011, dos 308 municípios portugueses, 36 apresentavam, relativamente ao indicador do poder de compra *per capita* (IpC) valores acima da média nacional. Os resultados permitem destacar valores mais elevados de IpC nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e também em alguns municípios coincidentes com capitais de distrito. O indicador Percentagem de Poder de Compra (PPC) revela que 22 municípios concentravam 50% do poder de compra nacional e que os 35 municípios que integram as duas áreas metropolitanas do país ultrapassavam este limiar ao concentrarem 52% do poder de compra nacional.

O INE apresenta a décima edição do Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio (EPCC 2011) que tem como objetivo caracterizar os municípios portugueses relativamente ao poder de compra numa visão ampla de bem-estar material, a partir de um conjunto de variáveis e por recurso a um modelo de análise fatorial em componentes principais. A realização deste estudo visa contribuir para a oferta de informação ao nível do município através da disponibilização de indicadores de síntese que traduzem o poder de compra manifestado quotidianamente nestes espaços geográficos. Note-se, porém, que as estimativas produzidas neste âmbito não devem ser apropriadas como qualquer outra variável a que corresponda um quadro concetual bem delimitado, como o rendimento ou o consumo das famílias.

Nesta edição, foram consideradas 17 variáveis relativizadas pela população residente. São disponibilizados três indicadores — Indicador per Capita, Percentagem de Poder de Compra e Fator Dinamismo Relativo —, sendo que o cômputo de qualquer um dos três indicadores para os agregados regionais NUTS I, II e III, bem como para o país, resulta da ponderação dos valores dos índices à escala municipal pelos pesos demográficos dos municípios nos diferentes espaços considerados.

A publicação é acompanhada por um CD-Rom que, além de integrar os elementos que constam da versão impressa, contém uma aplicação que permite calcular o valor de qualquer um dos três indicadores para outras divisões geográficas bem como para qualquer outro agrupamento de municípios escolhido pelo utilizador.

Indicador per Capita do Poder de Compra

O Indicador per Capita (IpC) do poder de compra pretende traduzir o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos *per capita*, nos diferentes municípios ou regiões, tendo por referência o valor nacional (Portugal = 100).

A leitura dos resultados do IpC para 2011 associa ao território continental um poder de compra superior ao observado nas duas regiões autónomas portuguesas: o valor atingia 100,8 para o Continente e era, respetivamente, de 82,4 e 85,1 para as regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Lisboa (131,0) é a única região NUTS II com um valor acima do poder de compra *per capita* médio nacional. Para o Algarve, o valor (96,7) situava-se marginalmente abaixo da média nacional. As três restantes regiões continentais — Norte, Centro e Alentejo — registavam índices de poder de compra *per capita* relativamente próximos: 89,2 para o Norte; 88,0 para o Alentejo; e 87,5 para o Centro.

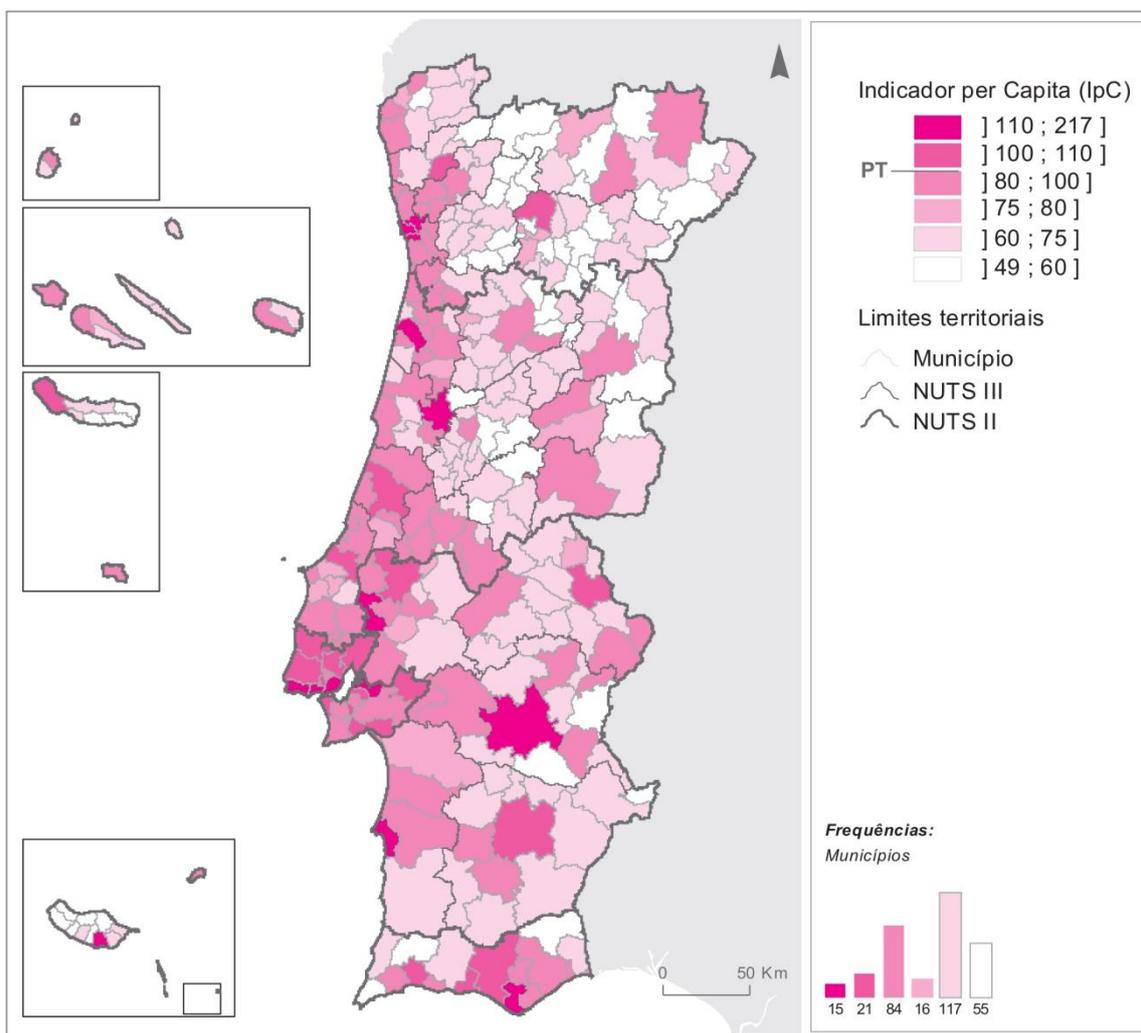
Em 2011, em 36 dos 308 municípios portugueses, o poder de compra *per capita* situava-se acima da média nacional, destacando-se valores de IpC mais elevados nos territórios metropolitanos de Lisboa e do Porto [Figura 1]. O município de Lisboa apresentava o IpC mais elevado (216,9), mais do que duplicando o índice nacional, e, nas 15 primeiras posições correspondentes a um IpC superior a 110, encontravam-se ainda mais três municípios da Área Metropolitana de Lisboa: Oeiras (193,7), Cascais (132,0) e Alcochete (123,5). Do total de 18 municípios que constituem a Área Metropolitana de Lisboa, apenas cinco apresentavam um poder de compra abaixo da média nacional: Palmela (99,99), Sesimbra (96,1), Seixal (94,1), Odivelas (91,9) e Moita (81,3).

A Área Metropolitana do Porto apresentava um valor de IpC (103,5) aquém do valor da Área Metropolitana de Lisboa (131,0), porém, acima da média nacional. No território metropolitano do Porto, destacavam-se os municípios do Porto (161,7), de São João da Madeira (129,9), de Matosinhos (124,4) e da Maia (112,3), que superavam também a média nacional. Entre os 13 municípios da Área Metropolitana do Porto (num total de 17 municípios) com um poder de compra *per capita* abaixo da média nacional, encontravam-se os municípios de Arouca (65,2) e de Paredes (74,6).

Além dos territórios metropolitanos, também os municípios correspondentes a algumas capitais de distrito tinham um poder de compra *per capita* superior à média nacional, com relevância para Faro (133,1), Coimbra (131,7), Aveiro (126,7) e Évora (112,5). Esta análise sugere, assim, uma associação positiva entre o grau de urbanização das unidades territoriais e o poder de compra aí manifestado quotidianamente. Evidenciavam-se, ainda, o Funchal (113,4), na Região Autónoma da Madeira, Sines (137,0), no Alentejo Litoral, e Azambuja (114,8), na Lezíria do Tejo.

No conjunto do território nacional, 172 municípios (56% do total) apresentavam valores de IpC inferiores a 75. Dos 10 municípios com menor poder de compra *per capita* manifestado, sete pertenciam ao Interior da região Norte, distribuindo-se pelas sub-regiões do Tâmega, Douro e Alto Trás-os-Montes, e três à Região Autónoma da Madeira.

Figura 1. Indicador per Capita do poder de compra por município, 2011



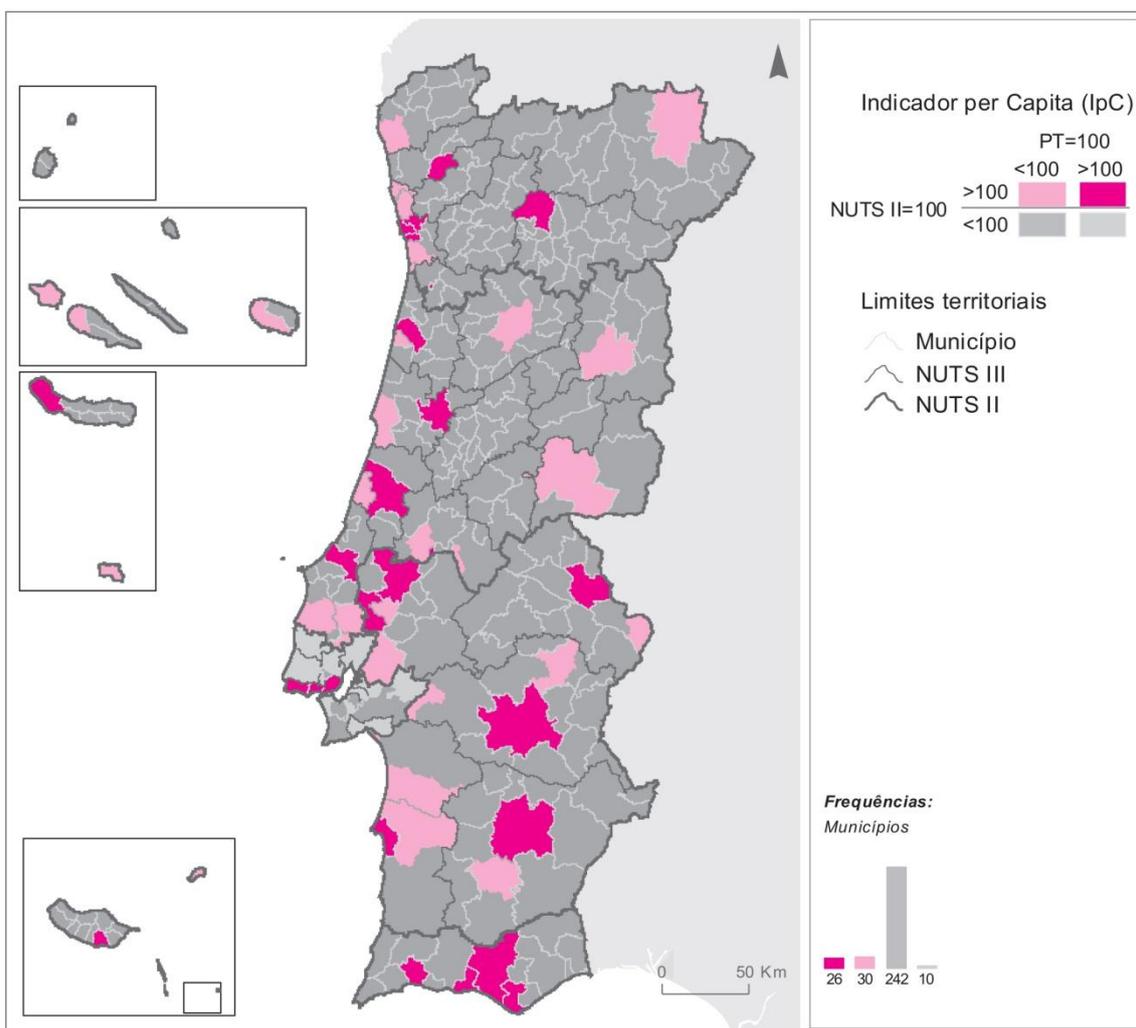
A análise do IpC obtido nos municípios tendo por referência, em simultâneo, os contextos nacional e regional possibilita avaliar o grau de coesão intrarregional e identificar os municípios que se destacam no respetivo contexto regional [Figura 2].

Nesta perspetiva, os 308 municípios nacionais distribuíam-se da seguinte forma em 2011:

- 26 municípios apresentavam um IpC, simultaneamente, acima do poder de compra *per capita* médio nacional e regional – são sobretudo municípios das duas áreas metropolitanas ou cidades de média dimensão, maioritariamente coincidentes com capitais de distrito (Faro, Coimbra, Aveiro, Évora, Beja, Braga, Leiria, Portalegre, Vila Real e Santarém) e também o Funchal e Ponta Delgada, entre outros;
- em 30 municípios, o poder de compra *per capita* manifestado em 2011 ficava aquém da média nacional mas acima da média regional – correspondiam maioritariamente a municípios da faixa Litoral continental, sobretudo da região Centro (11 municípios de um total de 100), mas também do Alentejo (8 em 58), do Norte (6 em 86), da Região Autónoma dos Açores (4 em 19) e da Região Autónoma da Madeira (1 em 11);

- cerca de 80% dos municípios do país (242 em 308) tinham um poder de compra *per capita*, simultaneamente, aquém da média nacional e da respetiva média regional – ao nível das regiões NUTS II, esta proporção variava entre 28%, na região Lisboa, e 86%, na região Norte;
- por último, identifica-se a situação específica de 10 municípios da região Lisboa (uma vez que esta era a única região NUTS II com um valor acima da média nacional) que apresentavam um poder de compra per capita acima da média nacional, mas aquém do respetivo valor regional (131,0): Amadora, Loures, Mafra, Sintra e Vila Franca de Xira (na Grande Lisboa), Alcochete, Almada, Setúbal, Montijo e Barreiro (na Península de Setúbal).

Figura 2. Indicador per Capita por município no contexto das respetivas regiões NUTS II, 2011



Percentagem de Poder de Compra

A Percentagem de Poder de Compra (PPC) é um indicador derivado do Indicador per Capita (IpC) e pretende avaliar o grau de concentração do poder de compra nos diferentes territórios, tendo em consideração que as áreas de maior ou menor poder de compra no território nacional dependem, não só da distribuição do poder de compra *per capita* pelo país, mas também da distribuição espacial da população residente.

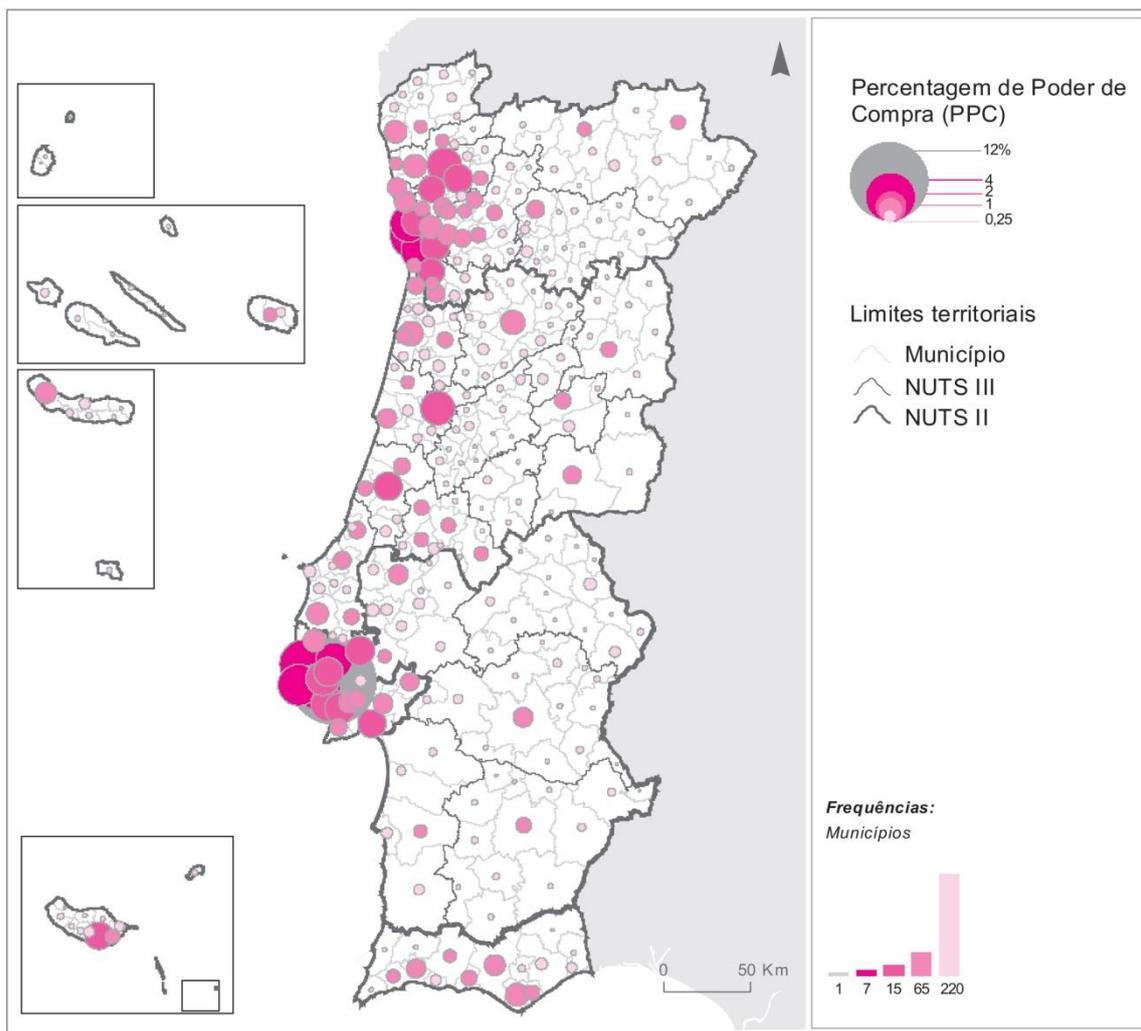
Neste contexto as regiões NUTS II Lisboa e Norte concentravam dois terços do poder de compra manifestado regularmente no país. Para este resultado, contribuía de forma mais decisiva as sub-regiões NUTS III Grande Lisboa (28%), Grande Porto (14%) e Península de Setúbal (8%). No conjunto, estas três sub-regiões representavam perto de metade do poder de compra manifestado no território nacional. As duas áreas metropolitanas do país ultrapassavam este limiar ao concentrarem 52% do poder de compra nacional, apesar de reunirem 44% da população do país (27% na Área Metropolitana de Lisboa e 17% na Área Metropolitana do Porto).

Adicionalmente, verifica-se que o poder de compra se concentrava sobretudo nas regiões NUTS III do Litoral continental. Por outro lado, as seis sub-regiões que concentravam menos poder de compra localizavam-se no Interior da região Centro: por ordem crescente, Pinhal Interior Sul, Serra da Estrela, Beira Interior Sul, Cova da Beira, Beira Interior Norte e Pinhal Interior Norte. Além destas sub-regiões, também o Alentejo Litoral, o Alto Alentejo e o Baixo Alentejo contribuía, individualmente, com menos de 1% para o poder de compra nacional.

Ao nível municipal, Lisboa distinguia-se no contexto nacional ao representar 11% do poder de compra total. Em 2011, apenas mais 22 municípios detinham individualmente mais de 1% do poder de compra nacional. Trata-se de municípios integrados nas áreas metropolitanas de Lisboa (Sintra, que era o segundo município a concentrar mais poder de compra, com 4%, e ainda Oeiras, Cascais, Loures, Almada, Amadora, Seixal, Vila Franca de Xira, Odivelas e Setúbal) e do Porto (Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e Santa Maria da Feira), bem como de municípios capitais de distrito (Braga, Coimbra e Leiria), e ainda o Funchal (na Região Autónoma da Madeira), Guimarães e Vila Nova de Famalicão (ambos na sub-região do Ave) [Figura 3].

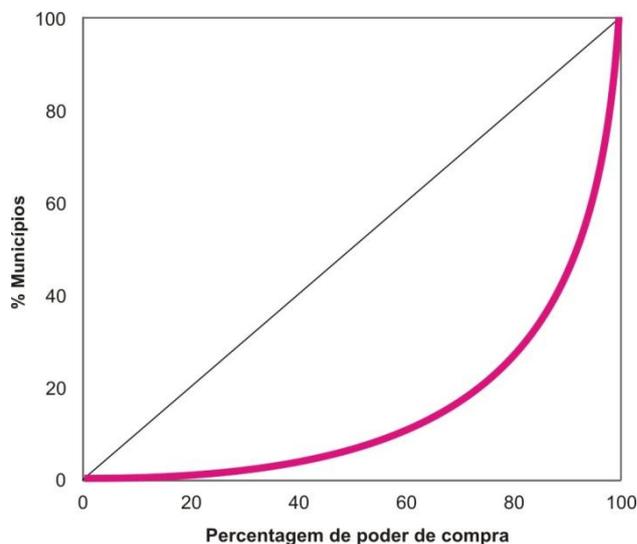
Com os menores contributos, encontravam-se os municípios do Corvo e das Lajes das Flores (Região Autónoma dos Açores) e o município de Barrancos, no Baixo Alentejo, detendo individualmente 0,01% ou menos do poder de compra nacional.

Figura 3. Percentagem de Poder de Compra por município, 2011



A análise da concentração do poder de compra nos 308 municípios portugueses [Figura 4], permitindo constatar que, em 2011, cerca de 7% (22) e 20% (63) dos municípios concentravam, respetivamente, 50% e 75% do poder de compra nacional. Estes resultados confirmam a leitura de que o poder de compra se encontra associado à dimensão urbana dos municípios e, portanto, territorialmente muito concentrado.

Figura 4. Concentração da Percentagem de Poder de Compra nos municípios, 2011

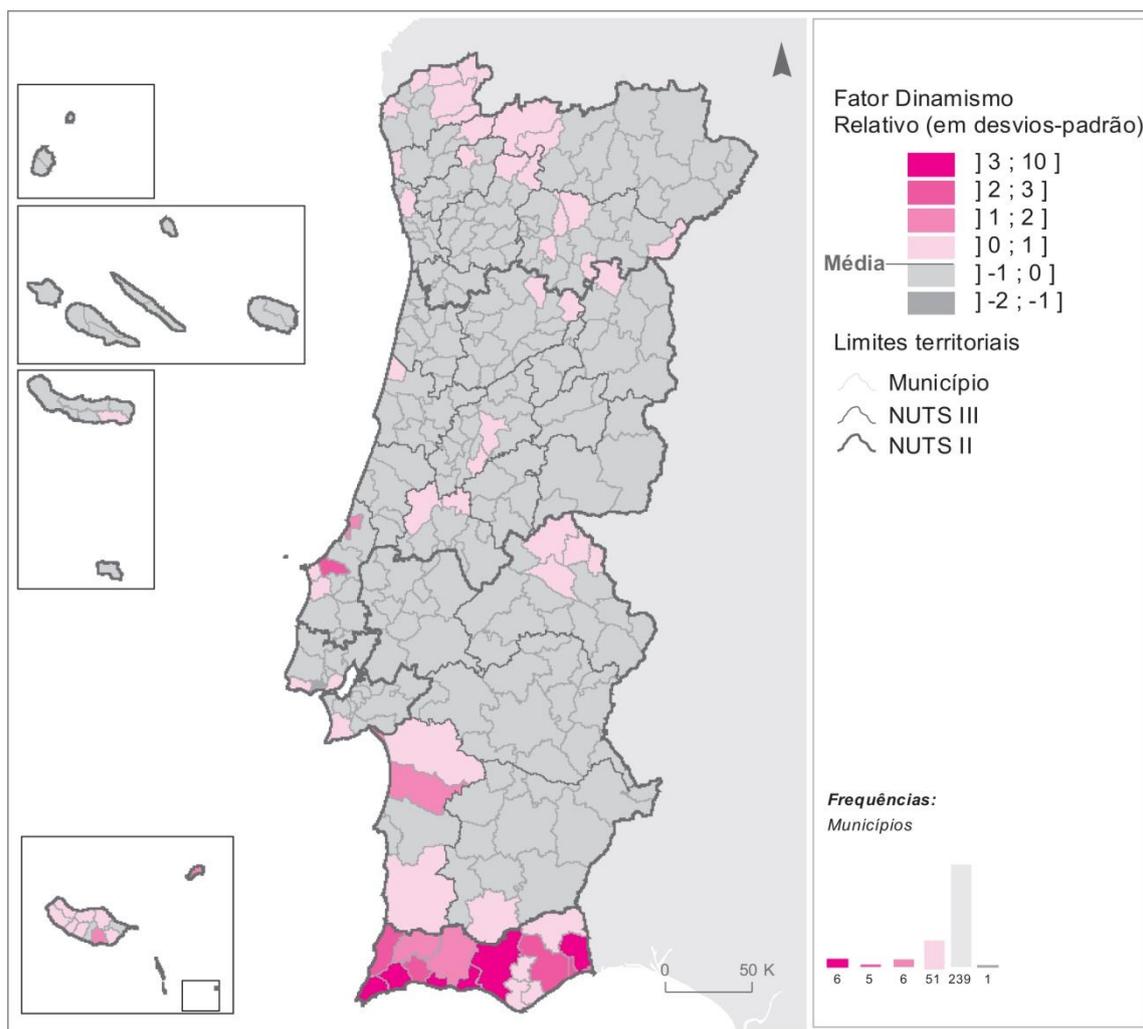


Fator Dinamismo Relativo

O Fator Dinamismo Relativo (FDR) pretende refletir o poder de compra de manifestação irregular, geralmente sazonal, e que está relacionado com os fluxos populacionais induzidos pela atividade turística, traduzindo a dinâmica económica que persiste na informação de base para além da refletida no primeiro fator extraído da análise fatorial – o poder de compra *per capita* manifestado quotidianamente nos territórios.

Nesta perspetiva, salienta-se a relevância da região Algarve no contexto deste indicador [Figura 5]. De facto, em 2011, dos 17 municípios com um FDR superior ao desvio-padrão da distribuição, 12 situavam-se naquela região: Vila do Bispo, Albufeira, Lagoa, Loulé, Lagos, Castro Marim, Portimão, Vila Real de Santo António, Tavira, Aljezur, Silves e Monchique. De entre estes municípios, Vila do Bispo e Albufeira destacavam-se por apresentarem um FDR superior a 8 desvios-padrão. Os municípios de Óbidos (2,33) e da Nazaré (1,27), na sub-região Oeste, do Porto Santo (1,67) e do Funchal (1,37), na Região Autónoma da Madeira, e de Grândola (1,07), no Alentejo Litoral, completavam o conjunto dos 17 municípios que apresentavam um FDR superior a 1 em 2011.

Figura 5. Fator Dinamismo Relativo por município, 2011



Com valores no FDR situados entre 0,5 e 1, encontrava-se um conjunto adicional de cinco municípios — Cascais, na Grande Lisboa; Alcácer do Sal, no Alentejo Litoral; Calheta e Porto Moniz, na Região Autónoma da Madeira, e Faro, no Algarve. Caminha (0,42) era o município com o valor mais elevado em termos de FDR na região Norte.

No outro extremo, com valores menores no FDR em 2011, encontrava-se um conjunto de 18 municípios com valores de FDR inferiores a -0,5: eram sobretudo municípios das duas áreas metropolitanas, algumas capitais de distrito do Interior continental, municípios do Alentejo (Castro Verde, Vendas Novas, Campo Maior e Cartaxo), da Região Autónoma dos Açores (Vila do Porto e Angra do Heroísmo) e ainda o Entroncamento (no Médio Tejo) e Arruda dos Vinhos (no Oeste).

Importa, igualmente, sublinhar a existência de municípios que apresentavam valores de IpC e FDR simultaneamente elevados em 2011. Nesta perspetiva, destacam-se os municípios do Algarve, sobretudo Albufeira, Portimão e Faro, mas também o Funchal e Cascais.

Nota técnica

O Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio (EPCC) é um estudo estatístico, de periodicidade bienal e cujo âmbito geográfico é o país. A unidade estatística observada é o município, a recolha dos dados é indireta e as variáveis que integram o EPCC provêm de procedimentos administrativos e de operações estatísticas desenvolvidas no contexto do Sistema Estatístico Nacional.

Com base num conjunto de 17 variáveis integralmente reportadas ao ano de 2011, relativizadas pela população residente estimada pelo INE para 31 de dezembro de 2011 (nova série de Estimativas Provisórias Anuais de População Residente, iniciada em 2011 que incorpora os resultados definitivos dos Censos 2011), standardizadas (com média igual a 0 e desvio-padrão igual a 1), e por recurso a um modelo de análise fatorial em componentes principais, o EPCC disponibiliza três indicadores:

- o **Indicador per Capita (IpC)** do poder de compra, que decorre do fator com maior poder explicativo extraído da análise fatorial que explica, após rotação, 49,7% da variância total das variáveis de base. Nesta edição, recorreu-se ao coeficiente de variação do *Rendimento bruto declarado para efeitos de IRS per capita* para a construção final deste indicador, que é apresentado tendo por referência o valor nacional (Portugal = 100);
- a **Percentagem de Poder de Compra (PPC)**, que é um indicador derivado do primeiro fator com maior poder explicativo extraído da análise fatorial – o IpC – e reflete o peso do poder de compra manifestado regularmente em cada município ou região no total do país (para o qual a PPC assume o valor de 100%). Com este indicador, pretende-se avaliar a concentração do poder de compra nos diferentes territórios, tendo em consideração que as áreas de maior ou menor poder de compra no território nacional dependem, não só da distribuição do poder de compra *per capita* pelo país, mas também da distribuição espacial da população residente. Em síntese, o indicador PPC não resulta diretamente da análise fatorial, mas é derivado do IpC e do peso demográfico de cada unidade territorial no todo nacional;
- o **Fator Dinamismo Relativo (FDR)**, que corresponde ao segundo fator com maior poder explicativo extraído da análise fatorial, explicando, após rotação, 26,0% da variância total das variáveis de base. O objetivo da construção do FDR consiste em isentar o indicador principal, o IpC, do efeito do poder de compra manifestado irregularmente (essencialmente, pelos turistas), pelo que os dois fatores devem captar influências distintas entre si. Importa, neste sentido, sublinhar que um valor baixo de FDR em determinada unidade territorial não significa que a atividade turística seja pouco relevante neste território mas apenas que fica esbatida face ao elevado poder de compra aí manifestado. O FDR é apresentado como variável standardizada (com média igual a 0 e desvio-padrão igual a 1), adotando-se como unidade de medida para efeitos de análise o desvio-padrão da respetiva distribuição municipal.

As opções metodológicas subjacentes à conceção e operacionalização do EPCC encontram-se descritas no documento metodológico *Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio*, código 335 / versão 1.2, INE (disponível em www.ine.pt, na opção Metainformação, Sistema de Metainformação, Documentação metodológica). A necessidade de revisão deste documento metodológico face à versão 1.1 resulta exclusivamente de alterações ocorridas ao nível da informação de base: concretamente, da seleção de um conjunto de variáveis parcialmente diferente do conjunto retido na edição anterior do estudo; da adoção, para efeitos de relativização das variáveis de base, das estimativas de população residente, de acordo com a nova série de Estimativas Provisórias Anuais de População Residente; e, de forma generalizada, da atualização temporal dos dados de base. Os dados divulgados no âmbito do EPCC estão disponíveis em www.ine.pt, na opção Informação Estatística, Dados Estatísticos, Base de dados.